

# Acervo e Diversidade: em busca de novas metodologias de gestão de acervos

Thainá Castro Costa F. Lopes<sup>1</sup>

Renata Cardozo Padilha<sup>2</sup>

Mayara Lactal Cunha Ladeia<sup>3</sup>

Collection and Diversity: in search of new collections management methodologies

## Introdução

---

<sup>1</sup> **Thainá Castro Costa F. Lopes:** Professora adjunta do curso de Museologia da Coordenadoria Especial de Museologia. Bacharel em Museologia (UNIRIO), mestre em Memória Social (UNIRIO) e Doutora em História (UFJF). Integrante da Rede LGBT de Memória e Museologia Social. E-mail : [thaina.castro@ufsc.br](mailto:thaina.castro@ufsc.br)

<sup>2</sup> **Renata Cardozo Padilha:** Professora Adjunta do curso de Museologia da Coordenadoria Especial de Museologia e Colaboradora do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina. Doutora e Mestre em Ciência da Informação (UFSC) e Bacharel em Museologia (UFPel). E-mail: [renata.padilha@ufsc.br](mailto:renata.padilha@ufsc.br)

<sup>3</sup> **Mayara Lactal Cunha Ladeia:** Graduanda do curso de Museologia da Coordenadoria Especial de Museologia e bolsista voluntária do projeto de extensão “Acervo e diversidade: mapeamento e política de acervo em museus” (2020-2021) na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: [mayaralactal.mus@gmail.com](mailto:mayaralactal.mus@gmail.com)

-----  
Artigo recebido a 01.12.2020

Aprovado para publicação a 22.01.2021

A Museologia brasileira foi fundada com espelhamento as práticas curatoriais europeias, reproduzindo por aqui um modelo de museu enciclopédico no final do século XIX e com discursos nacionalistas no início do século XX. Enquanto campo de conhecimento, a Museologia se desenvolveu no âmbito dos museus nacionais, disputando e construindo discursos históricos e processos de educação patrimonial. Ao longo do século XX o ensino de Museologia no Brasil se limitou a poucas instituições onde ocorreu uma sacralização sobre os conteúdos ligados a determinadas tipologias de acervo. Nos anos 2000, com o advento do REUNI, assistimos a uma expansão de cursos de Museologia em todo o país e a ampliação do debate sobre os museus brasileiros, democratizando discussões e trazendo à tona novas tipologias de museus e de categorias de acervo. É neste contexto que surge o curso de graduação em Museologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 2010.

No âmbito deste curso temos refletido conjuntamente - docentes, discentes e técnicos administrativos - desde 2018 sobre o desenvolvimento da Museologia enquanto ferramenta de transformação social. Tem nos interessado refletir como os museus podem rever suas práticas para atender a demanda dos tempos em que vivemos. Essas inquietações, que transitam entre salas de aulas, projetos de extensão e reuniões colegiadas deram origem a um evento chamado Museus e Resistência.<sup>4</sup> O evento em si tem como mote principal promover o encontro entre instituições, pesquisadores, estudantes, trabalhadores de museus e movimentos sociais para ampliar o debate e promover trocas de experiências. Como resultado direto do evento temos inserido novas discussões e experimentações em sala de aula, revisto bibliografias de disciplinas e conhecido novos museus. Porém, assim como o evento influencia os debates em aula, muitas vezes os debates levantados - e não

---

<sup>4</sup> O evento Museus e Resistência é um projeto de extensão do Curso de Museologia da UFSC em parceria com o Museu de Arqueologia e Etnologia da UFSC que teve início em 2018.

concluídos - em sala de aula geram mesas no evento, amplificando o diálogo para além dos nossos muros.

Foi em uma situação como essa que em 2018 embalados pela perspectiva de uma “primavera nos museus LGBT” a partir das discussões do texto de Jean Baptista e Tony Boita, em especial quando se questiona a representação de personalidades: “uma Primavera dos Museus LGBT trará a oportunidade de tirar do armário personalidades históricas de nosso país, célebres figuras que mesmo depois de mortas continuam sofrendo com a LGBTfobia — dessa vez sendo os museus seus armários” (Baptista & Boita, 2017, p. 257).



Figura 01: Il Museus e Resistências. Fonte: acervo do curso de Museologia, 2019.

A reflexão da Primavera impulsionou um amplo debate para além da sala de aula, ao que os estudantes se perguntavam: haveria no Brasil museus em que diversidade fosse eixo central? Como medida de inclusão para a diversidade, existiria esse tipo de política em museus brasileiros? Caso existisse como isso se dava na prática? Como seria a gestão de acervos que contemplasse de maneira ética esse tipo de discussão?

Para amplificar esse debate convidamos em 2018 o Museu da Diversidade Sexual para uma mesa no evento. Ainda com essa

questão latente continuamos o debate em 2019 quando convidamos a Rede LGBT de Memória e Museologia Social para compor uma mesa no evento. Ainda em 2019, impulsionado pelos debates promovidos, o curso - representado por algumas alunas e professoras - colaborou com a organização do IV Seminário de Política de Acervos do Museu Victor Meirelles, que nessa edição tratou de memórias e patrimônios LGBT

**IV SEMINÁRIO DE  
POLÍTICA DE ACERVOS**

**MEMÓRIAS E PATRIMÔNIOS LGBT**  
Museu Victor Meirelles

**04 a 06  
de novembro  
de 2019**

**LOCAL: Auditório do Museu  
Victor Meirelles/Ibram**  
Rua Victor Meirelles, 59. Centro.  
Florianópolis/SC

**INSCRIÇÕES: Gratuitas no site**  
[even3.com.br/politicaeacervos4](http://even3.com.br/politicaeacervos4)

**PARCEIROS**



Figura 02: Cartaz de divulgação do evento IV Seminário de Política de Acervos. Fonte: Museu Victor Meirelles, 2019.

Esta trajetória de debates e trocas culminou em 2020 com o projeto de extensão *Acervo e diversidade: mapeamento e política de acervo em museus* cujo objetivo é articular teoria e prática na construção de uma política de acervos para o Museu da Diversidade Sexual. É importante destacar que o curso de Museologia da UFSC tem se debruçado nos últimos anos a refletir sobre novas metodologias em museus e instituições patrimoniais, de maneira que este projeto dá sequência a ações anteriores de experimentação e análises museológicas.

### **Musealização da Memória LGBT como resistência: o caso do Museu da Diversidade Sexual**

O Museu da Diversidade Sexual está localizado no coração da metrópole de São Paulo, precisamente na Estação do Metrô da República, ocupando um território historicamente constituído como espaço de socialização LGBT na capital. Fundado pelo Decreto 58.075, de 25 de maio de 2012, o museu é administrado pela APAA (Associação Paulista Amigos da Arte) e está vinculado a Secretaria da Cultura de São Paulo, atualmente é dirigido por Franco Reinaudo. É importante sinalizar que, a vontade de fundar um museu para salvaguarda da memória LGBT não começa em 2012, é parte de um processo onde reivindicações de movimentos sociais, acontecimentos históricos e construção de políticas públicas caminham juntas. Durante o período de abertura política após a ditadura civil militar brasileira, os movimentos sociais voltam a se articular com mais facilidade. Entretanto as articulações do movimento LGBT são atravessadas pela pandemia de HIV/AIDS na década de 1980, o que faz com que o movimento se reorganize (1983 - 1995) para enfrentar as questões trazidas pela pandemia, sendo a principal delas a urgência em preservar as memórias das pessoas que perderam suas vidas em decorrência da doença.

Em 1996 acontece a Primeira Parada da Diversidade Sexual de São Paulo na praça Roosevelt, o que em entrevista cedida pelo atual diretor do Museu da Diversidade Sexual Franco Reinaudo, viria a simbolizar o “Big Bang” das questões LGBT tendo reflexo significativo

na implementação de políticas públicas e no fortalecimento do próprio movimento e ativismo entre os anos de 1997/2000. A partir desse momento não só a salvaguarda das memórias dos que se foram com a pandemia de HIV/AIDS eram reivindicadas, pois, segundo Franco, o movimento das Paradas fez emergir a noção de pertencimento e territorialidade na comunidade LGBT uma vez que tornou visível os corpos dissidentes, ou seja, pessoas lgbt e ativistas passaram então a se enxergar como sujeitos de sua própria história e questionar portanto, como essas memórias seriam preservadas, começa aqui a ideia de uma construção de historicidade do movimento LGBT. Assumindo então o papel de protagonistas na construção de uma narrativa lgbt os ativistas começam a pensar na criação de um portal online no início dos anos 2000, para o registro dessas memórias, mas como sinaliza Franco, esse primeiro esboço de um museu acaba por se dispersar entre os grupos proponentes.

Entre 2005/2006 Franco Reinaudo é chamado para assumir a Coordenadoria de Assuntos da Diversidade Sexual e junto de João Silvério organiza o processo de escuta para mapear as necessidades da comunidade, tendo como retorno o pedido da criação de um espaço de memória e história LGBT, o que faz com que busque apoio na Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo. A ideia de um museu que tratasse de questões relacionadas à diversidade sexual é bem aceita, pois a Assessoria de Gênero e Etnia do Estado, não possuía em suas ações nada específico relacionado à questões LGBT. O museu nasce com o nome de Centro de Cultura e Memória da Diversidade Sexual, cabe aqui sinalizar que a escolha de se criar um centro de cultura e não um museu por parte da secretaria reflete as nuances do preconceito relacionado à temática. Porém como sinaliza Franco, a vontade de museu se faz urgente, portanto, utilizando da estratégia do nome social o centro de cultura é chamado de museu desde sua concepção, para assim firmar seu lugar e sua identidade na capital paulista. Em 2018 o museu deixa de ser centro cultural e passa a oficialmente ser reconhecido pelo Estado de São Paulo como Museu da Diversidade Sexual.

Em 2012 o museu abre suas portas aos públicos, mas apesar de toda a luta por trás de sua história, acaba por motivos diversos, não tendo o impacto esperado. Então em 2013, Franco é convidado para assumir a direção do museu.

A estratégia utilizada por Franco para fazer com que o museu solidificasse seu espaço de direito e pudesse então ocupar a cidade, é a montagem da primeira exposição na instituição, intitulada Crisálidas, para isso, consegue emprestada as obras da fotógrafa Madalena Schwartz que fazem parte do acervo do Instituto Moreira Salles. A exposição conta com a curadoria do filho da artista, Jorge Schwartz, e tem pela primeira vez uma fotografia colorida exposta. Madalena fotografava artistas LGBTQIA+ na noite paulistana durante o período de ditadura civil militar. A exposição teve grande repercussão midiática e contou com a presença de chefes de Estado.

O museu surge então como aparato cultural para ocupar a lacuna relacionada a inexistência de espaços museais LGBT, sendo reconhecido como legítimo, tanto quanto outros espaços museais já consolidados na cidade. Desde então o museu montou diversas exposições e tem desenvolvido várias ações educativas, além de abrir o espaço para receber grupos LGBT e promover novos artistas.

O Museu da Diversidade Sexual borra a barreira entre instituições e públicos, se transfigurando e existindo a partir da ideia de corpo - espaço dissidente e potente que atravessa a vida que ali acontece, como também é atravessado por ela. Subverte a lógica da cis- heteronormatividade, arranha as estruturas coloniais, trazendo questionamentos outros a respeito da centralidade heterossexual na história da formação da sociedade brasileira. E ao se apresentar como esse corpo dissidente, acaba por experimentar a existência lgbt e suas subjetividades, se tornando resistência, assim como também, aponta caminhos possíveis para se pensar a Museologia LGBT como campo teórico e como ferramenta de enfrentamento.

Adotamos no projeto - e também neste texto - a defesa de uma Museologia LGBT como base teórica e conceitual para o desenvolvimento de nossos debates, compreendendo esta teoria como um eixo essencial ao desenvolvimento metodológico

desenvolvido no projeto e aqui relatado. Para tanto é conveniente apresentar o conceito a partir de seus autores:

Museologia LGBT passou a ser entendida como uma categoria conceitual criada para ser aplicada no conjunto de iniciativas da América Latina, tal qual temos demonstrado em distintas ocasiões (BAPTISTA & BOITA, 2014; 2017, 2018), de onde se pode depreender sete características básicas:

1 [...] , é uma Museologia produzida por quem utiliza o pronome “nós” e não apenas por quem é gay ou lésbica, por exemplo, gerando potentes conjugações interressadas na defesa de um coletivo;

2 Opõe-se a tentativas de expropriação de seus patrimônios por pessoas que não pertencem a essas comunidades, em especial quando empreendidas por pesquisadores acadêmicos, políticos demagógicos, ONGs elitistas, igrejas e milícias, entre outras organizações exóticas às comunidades — o pertencimento direto, portanto, é característica fundamental dessa produção;

3 Estar vinculada às políticas públicas na América Latina, e por isso utiliza a sigla LGBT, pois é esta a forma consagrada de denominar a ampla população que não se encaixa na matriz heterossexual no campo das Políticas Públicas deste território (BOITA, 2018), sobretudo como se nota no Brasil [...];

4 É uma Museologia popular e, conforme realidade latino-americana, é localizada em periferias urbanas ou simbólicas, bem como conta com corpos não-brancos em sua gestão, ou seja, corpos negros, indígenas, afro-indígenas, pardos etc—o que a torna uma prática criativa, que valoriza a performatividade enquanto expográfica e utiliza materiais econômicos ou reciclados, indispondo-se a orçamentos elevados pois sabe que existem questões emergenciais onde o dinheiro deve de fato ser gasto;

5 é uma Museologia em pleno diálogo com uma Museologia Feminista também emergente e interseccional em raça e classe

6 [...] a Museologia LGBT integra certamente a Museologia Social ou Sociomuseologia, não sem antes alertar que dentro desse grande escopo também reside a fobia à diversidade sexual comum aos museu;



7 Por valorizar performances, vocabulários, múltiplas sexualidades e identidades plurais em constante renovação, este modo de conceber Museologia pode ser nomeado como Museologia Pajubá, Museologia Babadeira, Museologia Pintosa, Museologia Fechativa, Museologia Afrontosa, Museologia Travesti, Museologia Trans, Museologia Sapatão, Museologia Lgbt Afro-Indígena, entre outras possibilidades criativas que certamente irão variar quanto mais se experimentar uma libertação sexual museológica. (Baptista & Boita, 2020, p. 5-6)

Corroboramos com a tese dos autores na construção de uma Museologia que se contrapõe a uma outra já estabelecida e entendida como hegemônica, no entanto compreendemos esta Museologia - integrante e interseccional de outros movimentos - como base teórica de produção de conhecimento e de sentidos.

### **Política de Acervos e processos de gestão**

De acordo com Camargo-Moro (1986), “O acervo constitui-se na primeira responsabilidade de um museu, pois é através de sua aquisição, interpretação e dinamização que ele se comunica, desenvolvendo sua proposta cultural.”. Por isso, é função das instituições museológicas assegurar, tratar e disponibilizar seus acervos aos públicos, de modo que garanta acesso às informações e possibilite por meio da sua organização a recuperação das mesmas, proporcionando pesquisas e gerando conhecimentos diversos. Essas ações são compreendidas no âmbito da gestão de acervos museológicos, cabendo aos profissionais de museus, determinar metodologias, técnicas e diretrizes para desenvolver cada uma dessas atividades, de forma ética, legal e responsável.

Segundo aponta Ladkin:

A gestão do acervo foca-se na preservação das coleções, preocupando-se pelo seu bem-estar físico e segurança, a longo prazo. Preocupa-se com a preservação e a utilização do

acervo, e registo de dados, e em que medida o acervo apoia a missão e propósito do museu. (Ladkin, 2004, p. 17).

No Código de ética do ICOM para Museus (2009), por gestão de acervos compreende-se que: “A noção de gestão é inerente a este dever público e implica zelar pela legitimidade da propriedade desses acervos, por sua permanência, documentação, acessibilidade e pela responsabilidade em casos de sua alienação, quando permitida ” (ICOM, 2009, s.p.). Assim, para garantir a responsabilidade na gestão de acervos é necessário, pela perspectiva da missão e visão do museu, analisar as especificidades tipológicas - de características como de materiais - dos acervos salvaguardados. Porém, consideramos que principalmente, é necessário a responsabilidade no tratamento das informações e produção de conhecimento com o intuito de garantir que os grupos e suas identidades representadas nos acervos sejam respeitadas e valorizadas.

No contexto das normas e legislações, o documento com maior relevância para a gestão de acervo do museu é a Política de gestão do acervo, que embasada pela missão institucional constitui-se na orientação conceitual e prática da organização, tratamento físico e de conteúdo do acervo e na segurança dele. Ou seja, é a Política de gestão de acervo “como documento público que explica como o museu assume a responsabilidade pelo acervo ao seu cuidado.” (Ladkin, 2004, p.18). Além disso, conforme expõe Ladkin (2004):

Uma gestão de acervo eficaz, é essencial para assegurar que o acervo apoia a missão do museu. Isto também é vital para ter a maior parte dos (sempre limitados) recursos de tempo, dinheiro, equipamento, materiais, espaço físico e pessoal. De igual modo, a gestão do acervo requer uma política e procedimentos estabelecidos, claros e definidos que definam as actividades e tomadas de decisão quotidianas. (Ladkin, 2004, p.18)

A Política de gestão de acervos orienta a equipe do museu nos processos de segurança, controle e organização do acervo. Dessa

forma, uma das atividades que deve ser destacada é a documentação museológica, essa que visa todo o registro das informações referente a documentação do objeto e da documentação das práticas administrativas do museu (Padilha, 2014). Cabe ressaltar, que ambos processos regularizam as práticas desenvolvidas pela instituição de acordo com as legislações internacionais e/ou nacionais vigentes.

A Documentação museológica é: “um sistema e, por isso, exige rigor metodológico. O sistema da Documentação Museológica vai além da reunião de postulados que regulam a ordem de identificação dos fenômenos museológicos. Também não se limita a ser um método de classificação de um conjunto observável” (Bottallo, 2010, p. 52). Corresponde a uma atividade de longa duração nas instituições, devem periodicamente ser revisadas e questionadas. O processo técnico de documentar, passa pelo exercício de profunda pesquisa sobre os objetos museológicos salvaguardados, como também, a compreensão dos grupos representados e das necessidades informacionais recuperadas pelos públicos do museu.

A Documentação Museológica é importante por vários motivos, entre eles, é o processo por meio do qual podemos conhecer alguns dos muitos valores e significados do acervo preservado. Além disso, os registros sobre o histórico dos objetos pode orientar processos de conservação e restauração, ajudar no gerenciamento e monitoramento dos acervos e orientar curadorias cujo intuito seja o de divulgar o acervo por meio de exposições e das ações educativas orientadas para as demandas diferenciadas do público de museus. (Bottallo, 2010, p.52)

No que diz respeito a ética museal e a relação com seus acervos, dois são os princípios apontados em *Conceitos-Chave de Museologia* (2013) que dialogam diretamente com a proposta deste artigo. Ressaltamos em concordância com Desvallés e Mairesse (2013), que “os museus mantêm acervos em benefício da sociedade e de seu desenvolvimento (questão que diz respeito às aquisições e à alienação de acervos)”, bem como “trabalham em estreita

cooperação com as comunidades das quais provêm seus acervos, assim como com aquelas às quais servem (restituição de bens culturais)” (Desvallés & Mairesse, 2013, p. 41). Sendo assim, consideramos urgente a reformulação dos instrumentos e procedimentos de gestão de acervos e documentação museológica que de fato cumpram com seu papel social e representativo às diversidades culturais e sexuais. Os instrumentos de documentação museológica atualmente, engessam as práticas, ao considerar uma única forma metodológica de registrar, sistematizar e gerir os acervos. Destacamos também que o processo de documentação museológico não é neutro, passa por diferentes olhares, profissionais e formações, interpretações dos documentos e dos acervos, e que deveria necessariamente, escutar as comunidades que provêm seus acervos.

Quando a instituição museológica realiza o tratamento de suas coleções a partir da compreensão dos grupos representados no seu acervo, e identifica as pontes possíveis em diálogo com a necessidades de seus públicos, ela está transformando a sua forma de compreender o processo de gestão de seu acervo de maneira integral, e não isolada, cumprindo apenas protocolos técnicos que limitam a potencialidade do seu acervo. Dessa forma, tanto a documentação museológica quanto a gestão de acervos, precisam ser repensadas para atender essa esfera integral entre os grupos representados e os públicos interessados no acervo. O respeito às identidades representadas no acervo, devem ser antes de tudo a missão e a visão das instituições museológicas, isso diz respeito não somente as informações descritas sobre os objetos museológicos, mas também, aos instrumentos técnicos elaborados e as fontes de informação e as metodologias estabelecidas para constituir a guarda, a segurança, a legalidade e a ética do cuidado deste acervo.

Consideramos que a gestão de acervos e a documentação museológica necessitam serem elaboradas por meio de uma rede que envolve: as normativas e legislações, os atores sociais, as narrativas históricas, as fontes de informação e os princípios institucionais. Por isso, reconhecer os caminhos da documentação

museológica e da gestão de acervos até o presente momento, nos auxilia a nos reposicionarmos enquanto teoria e prática, uma vez que a responsabilidade legal, social e ética é a base para toda e qualquer ação do museu.

Na comunidade LGBT, diariamente se luta para desconstrução dos estereótipos, caixas e armários que a sociedade e a cultura das fobias insistem em colocá-los. Dessa forma, os profissionais de museus não podem continuar reforçando essas práticas que são realizadas a décadas, seja nos processos expográficos, comunicacionais, educativos ou de preservação. Neste artigo, olhamos profundamente para uma instituição museológica que o objetivo principal é a diversidade sexual e suas múltiplas representações de gênero, no entanto queremos provocar a reflexão também para aquelas instituições que direta ou indiretamente representam identidades que não estão sendo respeitadas e valorizadas na sua integridade.

Conforme a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2001), Art. 2º:

Nas nossas sociedades cada vez mais diversas, é fundamental garantir uma interação harmoniosa entre pessoas e grupos com identidades culturais plurais, variadas e dinâmicas, bem como a sua vontade de viver em conjunto. Políticas visando a inclusão e participação de todos os cidadãos são garantias de coesão social, de vitalidade da sociedade civil e de paz. Assim definido, o pluralismo cultural dá expressão política à realidade da diversidade cultural. Sendo indissociável de um ambiente democrático, o pluralismo cultural favorece os intercâmbios culturais e o florescimento das capacidades criativas que suportam a vida pública. (2001, s.p)

Na seção abaixo, relatamos o processo de elaboração da Política de Acervos do Museu da Diversidade Sexual (MDS), por meio do projeto de extensão *Acervo e diversidade: mapeamento e política de acervo em museus*. Realizado por com uma equipe interdisciplinar, majoritariamente LGBT, constituída por professores universitários, pesquisadores, profissionais de museus e estudantes.

### **Acervo e Diversidade: uma política de acervos para o MDS**

O contato entre o Museu da Diversidade Sexual e o curso de Museologia da UFSC foi iniciado em 2018 se manteve nos anos seguintes, onde constituímos parceria para estágios curriculares, debates acadêmicos e pesquisas de alunos em disciplinas obrigatórias e monografias de final de curso. Nestes encontros as questões metodológicas vinham a tona como uma necessidade importante de debate, no sentido de articular uma museologia plural e mais atualizada às demandas dos movimentos sociais.

O projeto de extensão *Acervo e diversidade: mapeamento e política de acervo em museus* foi dividido em 04 fases, descritas a seguir, e teve como foco no Museu da Diversidade Sexual a sistematização de acervos sobre diversidade e as necessidades informacionais da comunidade LGBT, bem como a proposição de uma política de gestão de acervo que possibilite ampliar, fortalecer e disseminar acervos e a memória LGBT. Para tanto, o projeto se ancorou teoricamente em uma Museologia LGBT.

#### Fase 01: Re-conhecimento

O projeto teve início com o levantamento de bibliografias sobre políticas de acervo, memória e patrimônio LGBT, Museologia LGBT e políticas públicas para diversidade. Neste processo o diálogo com o MDS foi fundamental para compreender o histórico e o funcionamento da instituição, a missão e visão da mesma, e os principais públicos e parceiros atuantes no museu. Além do estudo dos documentos de gestão, desenvolvemos algumas entrevistas com parceiros do MDS, e também com pesquisadores dos temas estudados, alguns destes pesquisadores acabaram sendo incorporados ao projeto, viabilizando na prática o debate interdisciplinar dos processos museológicos.

#### Fase 02: Base teórica

Uma vez definida a equipe de trabalho e feito o levantamento documental, iniciamos o diagnóstico do acervo

concomitante a formação teórica da equipe, com encontros alternados entre questões técnicas e discussão de textos e estudos de caso para a constituição de uma teoria museológica LGBT. Compreender o trabalho museológico a partir de uma epistemologia articulada a promoção da dignidade humana tendo como eixo central foi essencial para o desenvolvimento da pesquisa, ancorando decisões técnicas a partir de perspectivas maduras que antes não estavam colocadas. Neste ponto utilizamos como exemplo a ampla discussão para a definição de uma sigla a ser abordada em todo o texto, após sucessivas discussões e uma articulação de onde isso se aplicaria tecnicamente da catalogação do acervo - entre outros processos - optamos então por dialogar com professores, pesquisadores e representantes de movimentos sociais, além de estudar o desenvolvimento das siglas de diversidade no Brasil.

#### Fase 03: Escrita e compartilhamentos

Consideramos que os processos de comunicação se constituem a partir da construção de diálogos, onde os lugares para falar precisam também ser os espaços de escuta. Neste sentido procuramos criar espaços de reconhecimento e escutas entre equipe, pesquisadores e movimentos sociais, articulando o máximo possível da proposição técnica ao alinhamento do que as pessoas que constroem/consomem o museu entendem como necessário. Para este tipo de elaboração a escrita se deu de forma compartilhada e colaborativa entre grupos de trabalho, mas desaguando nos debates do grande grupo.

#### Fase 04: Avaliação conceitual e implementação

Uma vez que a escrita tenha sido compartilhada iniciamos o processo de revisão conceitual pelos pares e os estudos de viabilidade de implementação. Com a pandemia de COVID 19 a pesquisa se articulou de modo remoto, tendo também seu processo de avaliação sido realizado a partir da revisão de termos e conceitos e das metodologias com a equipe do MDS. O documento propositivo se dispôs a reunir as diretrizes normativas para aquisição, gestão e

descarte de acervos, a partir da perspectiva de uma Museologia LGBT enquanto base metodológica.

Compreendemos a importância jurídica e de gestão museológica intrínsecas a construção de uma política de acervos, garantindo princípios fundamentais da função de um museu: a preservação, a pesquisa e a comunicação. No entanto, consideramos que um documento normativo precisa refletir princípios, valores e a identidade da instituição, de maneira que determinadas escolhas metodológicas são essencialmente políticas. A disputa por uma Museologia LGBT se dá em um momento de significativo retrocesso político no Brasil, de modo que entendemos que novas teorias museológicas não são apenas possíveis, mas necessárias.

### **Considerações Finais**

Iniciamos este artigo em uma breve contextualização da formação da Museologia - e seu ensino - no Brasil, com destaque a projeção de uma experiência europeia nos museus. Compreendemos que nossos mitos fundacionais precisam avançar, afinal os museus são espaços sociais e devem servir a população. Desconstruir os museus - e a Museologia - como espaços hegemônicos detentor de discursos sacralizantes é necessário e urgente, bem como articular os aparelhos culturais para a promoção da dignidade humana. O conceito de Museologia LGBT que abordamos neste artigo se ancora em uma perspectiva latino americana, de preservação de patrimônios e memórias a partir de identidades diversas - e dissidentes.

A gestão de acervos e a documentação museológica asseguram e tratam os acervos das instituições, seja na sua forma física quanto de conteúdo. No entanto, no que tange os processos teóricos-metodológicos do campo, necessitam de revisão no âmbito dos procedimentos e instrumentos, uma vez que não garantem o respeito e valorização das diversidades. Por isso, consideramos o debate e a atualização de metodologias museológicas atividades essenciais no desenvolvimento de políticas de acervos. É necessário que os museus dialoguem com seus públicos, atualizem os debates e



desenvolvam ferramentas museológicas alinhadas a seus princípios éticos e políticos.

Cabe ressaltar que o Museu da Diversidade Sexual (MDS) corresponde a uma instituição museológica que visa a representação das diversidades. Porém, buscamos com este artigo, proporcionar reflexões iniciais sobre o impacto que instituições museológicas que lidam direta ou indiretamente com identidades invisibilizadas na sua comunidade e no próprio acervo do museu. Em suma, o processo de elaboração de uma política de gestão de acervos LGBT, pode proporcionar uma abordagem crítica e atualizada sobre as políticas e normativas internacionais referentes à diversidade cultural para o campo da Museologia.

### **Referências**

Baptista, J., & Boita, T. (2017). Memória e esquecimento LGBT nos museus, patrimônios e espaços de memória no Brasil. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*, v. 1, n. 5, 108-119. [Disponível em <https://www.sescsp.org.br/files/artigo/70a5e644/a393/463e/a32c/38a11c4c671c.pdf> , consultado em 10/11/2020]

Baptista, J., & Boita, T. (2018). Por uma Primavera nos museus LGBT: entre muros, vergonhas nacionais e sonhos de um novo país. *Museologia & Interdisciplinaridade*, v. 7, n. 13, 252-262. [Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/17790>, consultado em 10/11/2020]

Baptista, J., Boita, T. & Wichers, C. O que é Museologia LGBT?. *Revista Memórias LGBT*, 12. [Disponível em <http://www.memoriaslgbt.com>, consultado em 10/11/2020]

Bottallo, M. (2010). Diretrizes em documentação museológica. In: ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE AMIGOS DO MUSEU CASA DE PORTINARI. Documentação e conservação de acervos museológicos: diretrizes, 48-79. Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo.

Camargo-moro, F. (1986). Políticas e Procedimentos para Aquisições. In: Museu: aquisição-documentação, 17-29. Livraria Eça.

DESVALLÉES, A., & MAIRESSE, F (2013). Conceitos-chave de Museologia. Secretaria de Estado da Cultura.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS (2009). Código de Ética para Museus. [Disponível em [http://icom.museum/fileadmin/user\\_upload/pdf/Codes/Lusofono2009.pdf](http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Codes/Lusofono2009.pdf) , consultado em 10/11/2020]

Ladkin, N. (2004). Gestão do acervo. In: Boylan, P. Como gerir um museu: manual prático,17-32. ICOM. [Disponível em [www.unesdoc.unesco.org/images/0018/001847/184713por.pdf](http://www.unesdoc.unesco.org/images/0018/001847/184713por.pdf) , consultado em 25/07/2018]

Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e a Cultura. (2002). Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural. UNESCO. [Disponível em [http://www.museologia-portugal.net/files/decl-diversidade\\_cultural.pdf](http://www.museologia-portugal.net/files/decl-diversidade_cultural.pdf) , consultado em 10/11/2020]

PADILHA, R. (2014). Documentação museológica e gestão de acervo. Fundação Catarinense de Cultura.